

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA  
CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE XXXXXXX-DF**

Autos nº: XXXXXXXXXX

Recorrente: Fulano de tal

**Fulano de tal**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio da Defensoria Pública do XXXXXX, vem à presença de Vossa Excelência, tendo interposto recurso de apelação, apresentar suas

**Razões de Apelação**

requerendo para tanto, que tomando ciência das razões nessa empreitada juntadas, digne-se a processá-las e ordenar a remessa do recurso com suas razões ao Egrégio Tribunal de Justiça para fins de provimento.

Pede deferimento.

XXXXX, XX de XXXXXXX de XXXX.

**FLANO DE TAL**  
**Defensor Público**

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXX.**

---

Autos nº: XXXXXXXXXXXXX

Recorrente: Fulano de tal

Colenda Turma,

## **I - DOS FATOS**

O recorrente foi denunciado pela prática dos delitos tipificados no artigo 157, § 2º, inciso II (por duas vezes), e artigo 329, ambos do CP.

Encerrada a instrução processual, e apresentadas alegações finais pela acusação e defesa, sobreveio sentença, a qual julgou procedente a pretensão punitiva para condenar o réu, nos termos da denúncia, à pena privativa de liberdade de XX (XXXXXXX) ANOS, XX (XXXXXXX) MESES E XX (XXXXX) DIAS DE RECLUSÃO pelo crime de roubo, mais XX (XXXX) MESES E XX (XXXXXXX) DIAS DE DETENÇÃO pelo crime de resistência, conforme fls. 178/186.

Todavia, em que pesem os argumentos expendidos, a sentença merece ser reformada em face das razões fáticas e jurídicas abaixo apresentadas:

## **II - DA ABSOLVIÇÃO EM RELAÇÃO AO CRIME DE RESISTÊNCIA:**

Ao sentenciar, o douto magistrado referiu-se à existência de resistência ativa à ordem dos policiais. Ocorre que, ao cabo da instrução, restou evidenciado que o intento do réu foi o de fugir pura e simplesmente, não havendo demonstração do dolo de resistir propriamente. Em sendo assim, estamos diante de conduta atípica. Este foi entendimento externado pelo egrégio TJDFT no julgado abaixo colacionado:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONCURSO DE AGENTES. ARMA DE FOGO. RECEPÇÃO. CONDENAÇÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CRIME DE RESISTÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. ATIPICIDADE. FUGA.*

---

*AValiação NEGATIVA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. CULPABILIDADE. PERSONALIDADE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. CAUSA DE AUMENTO. DUPLICIDADE DE ARMA. FRAÇÃO DE AUMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. É assente na jurisprudência deste Tribunal que nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima assume particular importância, principalmente quando amparada por outras provas constantes dos autos.*

*2. No delito de receptação, a prova da licitude do bem cabe a quem o detém; inverte-se o ônus da prova, que não mais fica a cargo do órgão acusatório, e sim do réu. Portanto, caberia ao réu comprovar a origem lícita do bem encontrado em seu poder.*

**3. Não existindo o dolo de desobedecer ao comando legal de autoridade policial, mas tentativa de fuga para se evitar a prisão em flagrante, não há que se falar em crime de resistência.**

*4. Consoante o entendimento jurisprudencial, presentes duas causas de aumento na terceira fase da dosimetria, pode o magistrado deslocar uma delas para a primeira fase, como circunstância judicial, utilizando a outra na terceira etapa.*

*5. As passagens do acusado pela Vara da Infância e Juventude demonstram uma personalidade desajustada, devendo ser valorada negativamente.*

*6. Em que pese o delito ter ocorrido durante o período noturno, tal fato somente pode ser considerado para exasperação da pena-base do crime de roubo quando essa circunstância for relevante para a consumação da infração penal ou, então, ensejar uma maior dificuldade à apuração policial.*

*7. Justifica a avaliação negativa das consequências do crime o abalo psicológico da vítima que excede o comum à espécie.*

*8. A duplicidade armamentícia reduz a possibilidade de reação das vítimas, justificando a fração de aumento no patamar de 2/5 (dois quintos).*

*9. Recurso conhecido e parcialmente provido.*

*(Acórdão n.1124530, 20170710093083APR, Relator: CARLOS PIRES SOARES NETO, Revisor: GEORGE LOPES, 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 23/08/2018, Publicado no DJE: 20/09/2018. Pág.: 125/133)*

De qualquer modo, a pretensão punitiva deve ser julgada improcedente também pelo fato de inexistir prova acerca da

---

resistência, não bastando, para fins de condenação, a mera palavra do policial.

Com efeito, o apelante, em juízo, negou o cometimento do crime de resistência, aduzindo que ***“na abordagem dos policiais, o declarante realmente gesticulou na tentativa de se desvencilhar, mas não de forma agressiva; que a abordagem foi feita e, quando o policial achou o simulacro, tentou dar uma rasteira no declarante e, como o declarante não caiu, o policial deu um mata leão e ambos caíram no chão”***.

Quanto ao crime de resistência, a única prova existente nos autos é o depoimento do policial que participou da prisão em flagrante do apelante.

Todavia, pelo fato desse policial ter sido a suposta vítima da resistência o seu depoimento não pode servir para o reconhecimento desse crime.

Esse, inclusive, é o entendimento do TJDF:

*APELAÇÃO CRIMINAL - LESÕES CORPORAIS LEVES RECÍPROCAS - DESACATO - RESISTÊNCIA - CONDENAÇÃO BASEADA APENAS NA PALAVRA DA VÍTIMA - ABSOLVIÇÃO.*

*I. Se há agressões recíprocas, acusado alega ter agido em legítima defesa e vítima por estrito cumprimento legal, impossível optar por uma das versões sem outro elemento de prova.*

**II. A presunção de veracidade de que goza o testemunho não se aplica no caso em que o policial é vítima.**

*III. Se não há elementos suficientes para a condenação, mister é a absolvição. Princípio do in dubio pro reo.*

*IV. Apelo provido. (20060810059632APR, Relator SANDRA DE SANTIS, 1ª Turma Criminal, julgado em 20/08/2009, DJ 04/09/2009 p. 206)*

Impõe-se enfatizar que, de todo modo, para respaldar condenação o depoimento policial deve sempre vir corroborado por outras provas, o que, como demonstrado, não ocorre no caso em apreço. Vejamos como decidiu o TJDF em situação assemelhada:

---

PENAL E PROCESSUAL PENAL. DESACATO. RESISTÊNCIA À PRISÃO E LESÕES CORPORAIS LEVES. DETENÇÃO E ENTREVERO FÍSICO ENTRE POLICIAIS MILITARES E O RÉU. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA CONSISTENTE. TESTEMUNHO POLICIAL NÃO CORROBORADO POR OUTROS MEIOS DE PROVA. ABSOLVIÇÃO.

(...)

2 Via de regra, confere-se à palavra de agentes do Estado (Policial Civil ou Militar) a mesma credibilidade ínsita aos atos emanados da autoridade administrativa em geral. **Contudo, é mister que esta presunção esteja amparada pela lógica E POR OUTROS ELEMENTOS CIRCUNSTANCIAIS, QUE INEXISTEM NO CASO. O réu negou peremptoriamente os fatos, afirmando ter sido vítima de arbitrariedade.**

(...)

4 Ausente prova consistente dos fatos imputados ao réu, impõe-se a absolvição com base no artigo 386, Inciso VI, do Código de Processo Penal. Recurso provido.

(20060910090043APR, Relator GEORGE LOPES LEITE, 1ª Turma Criminal, julgado em 12/05/2008, DJ 02/06/2008 p. 150). G.N.

Forte nessas razões, a defesa requer a absolvição do acusado, com base no art. 386, III ou VII, do CPP.

### III- DO PEDIDO

Forte nestas razões, pugna a Defensoria Pública pelo recebimento do recurso e seu posterior provimento, para que seja a sentença reformada, **absolvendo-se o réu da imputação de resistência** (artigo 329 do CP), com fundamento no artigo 386, inciso III ou VII, do CPP.

XXXXXX, XX de XXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**

---

## Defensor Público